

O Parlamento Europeu carece de autoridade moral, política e jurídica para julgar Cuba

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL DO PODER POPULAR

A Comissão de Relações Internacionais da Assembleia Nacional do Poder Popular (ANPP) rejeita energicamente a resolução adotada pelo Parlamento Europeu a 12 de Julho, a partir do debate realizado a 13 de Junho nesse órgão, relativo às declarações do Conselho e a Comissão Europeia, e o estado do Acordo de Diálogo Político e Cooperação (ADPC) entre a União Europeia (UE) e Cuba, após a visita realizada a Havana no mês de Maio pelo Alto Representante para Assuntos Exteriores e Política de Segurança da UE, Josep Borrell, por ocasião do Terceiro Conselho Conjunto Cuba – União Europeia.

A Comissão de Relações Internacionais da ANPP ressalta que o Parlamento Europeu carece de autoridade moral, política e jurídica para julgar Cuba. Como tem acontecido com anteriores resoluções sobre Cuba, aprovadas pela atual legislatura, o texto mostra um alto conteúdo de ingerência, difama não apenas sobre a realidade cubana, o seu ordenamento jurídico e Estado de Direito, mas também relativamente aos vínculos que Cuba mantém com outros Estados de forma soberana, em estrito apego ao Direito Internacional. Ao mesmo tempo, reflete a aplicação de uma dupla rasoura na emissão de juízos de valor sobre temas aos que esse Parlamento não presta atenção no território dos seus próprios Estados membros e em outras partes do mundo. Poderia entender-se como cúmplice o silêncio do Parlamento Europeu sobre o ressurgimento do fascismo.

O debate que serviu de base a essa resolução evidenciou uma forte carga ideológica por parte de um grupo de eurodeputados conservadores e da extrema-direita, alguns com conhecidos vínculos com políticos anti cubanos nos Estados Unidos, cujo propósito é entorpecer o curso atual das relações entre Cuba e a União Europeia, baseadas no ADPC assinado pelos 27 Estados membros. Para atingir os seus propósitos, tentam obviar os resultados do Terceiro Conselho Conjunto Cuba – União Europeia, celebrado em 26 de Maio passado, e tergiversam factos, dados e cifras. Mentem de maneira

deliberada para finalmente pôr em causa o curso positivo das relações entre Cuba e a União Europeia, nos seus diversos âmbitos, incluída a cooperação.

Esse debate, em que expuseram altos representantes de outras instituições como o Conselho e a Comissão Europeia, mostrou tanto a validade do ADPC para avançar no desenvolvimento de relações em benefício mútuo, como a ineficácia de posições unilaterais e de ingerência que em outros momentos impediram o diálogo e a cooperação.

Agradecemos a postura daqueles eurodeputados que, apegados à evidência e à verdade histórica, denunciaram que atentar contra o diálogo e a cooperação em curso é um tributo servil da ultradireita europeia à política do governo dos Estados Unidos contra o povo cubano, universalmente rejeitada cada ano na Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Esta resolução contribui à tentativa estadunidense de isolar Cuba internacionalmente e de justificar o seu genocida bloqueio que tanto dano tem infringido ao povo cubano por mais de 60 anos. Também é um atentado contra as empresas do bloco comunitário que investem em Cuba ou têm interesse em fazê-lo e expressa a vontade da extrema-direita e forças políticas afins de privar à União Europeia de uma política própria e independente para com Cuba.

Alertamos que adotar esta Resolução que singulariza um país latino-americano e caribenho, atenta contra os princípios de respeito, inclusão e cooperação com que se pretende organizar a Terceira Cimeira CELAC-UE, a realizar-se dentro de poucos dias em Bruxelas, e pode oferecer dúvidas sobre os objetivos de uma União Europeia que procura relançar as suas relações com a América Latina e as Caraíbas.

Fazemos um apelo aos eurodeputados a respeitarem o Acordo de Diálogo Político e Cooperação entre a União Europeia e Cuba, o compromisso dos seus Estados membros e a posição de outras instituições da União Europeia como o Conselho e a Comissão Europeia, bem como a escutar o sentir de amplos sectores das sociedades europeias que advogam por consolidar o diálogo e contribuir ao desenvolvimento de intercâmbios e a colaboração em prol do interesse mútuo.

Havana, 12 de Julho de 2023.